



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

HERMINEGILDA
LEITE
MACHADO
26/07/2024 11:43

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Equipe de Correição: Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque (Juíza Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Cláudia Maria Bandeira, Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Ozanete Gondim Guedes Pereira, Pedro Henrique Beserra Galvão, Silvana Marsicano Franca e Vinicius Gomes Mota.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Decreto - Lei nº 1.237, de 02/05/1939
Data de instalação	1º/05/1941
Data da última correição	14 de abril de 2023
Período de correicionado	1º/4/2023 a 31/5/2024

Aos 27 de junho de 2024 sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **HERMINEGILDA LEITE MACHADO**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 012/2024, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada da Juíza Auxiliar da Corregedoria, Larissa Leônia Bezerra de Andrade Albuquerque, da Secretária da Corregedoria, Ozanete Gondim Guedes Pereira e pelo servidor, Pedro Henrique Beserra Galvão, foram recebidos pelo Juiz titular, Antonio Cavalcante da Costa Neto, pelo Juiz substituto, Alexandre Roque Pinto, pelo Diretor de Secretaria, Sampaio Geraldo Lopes Ribeiro e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/4/2023 a 31/5/2024 (14 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Antônio Cavalcante da Costa Neto	27/5/2022 - Ato TRT SGP nº 68/2022

Registre-se que o Magistrado titular, Antônio Cavalcante da Costa Neto, foi convocado para compor o Tribunal Regional do Trabalho, a partir do dia 22 de fevereiro do ano em curso, em decorrência da aposentadoria da Excelentíssima Desembargadora Margarida Alves de Araújo Silva, até a nomeação efetiva do novo integrante, por meio do Ato TRT SGP nº 22/2024.

1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Alexandre Roque Pinto	26/2/2024 - Ato TRT SGP nº 27/2024

O Juiz, Alexandre Roque Pinto, esteve convocado para atuar como Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria no biênio 2023/2024, conforme o Ato TRT SGP nº 003/2023, retomando suas atribuições jurisdicionais, na Unidade correicionada, a partir de 26 de fevereiro de 2024, conforme o Ato TRT SGP nº 27/2024, na condição de Juiz substituto fixo. O Juiz substituto, Fernando Luiz Duarte Barboza, atualmente em gozo de férias regulamentares, foi designado para atuar na Unidade, a partir do dia 23 de outubro de 2023 (Ato TRT SCR nº 123/2023) enquanto perdurasse o afastamento do Magistrado substituto fixo, Alexandre Roque Pinto, assumindo a responsabilidade pelo acervo processual, no caso dos afastamentos legais do Juiz titular e substituto.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **11** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Anna Carolina de Salles Santos E Silva	Assistente III	21/6/2023
Celso Dionisio de Lima Junior	Secretario de Audiencia	22/5/2017
Claudio Marcelo Figueiredo Cavalcanti	Técnico Judiciário – Calculista	19/11/2013
Gabriela Marinho Baquil	Técnico Judiciário – Assistente III	10/7/2023
Jose Ailton Felix de Souza	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	11/12/1990
José Ledo Nobrega de Queiroz	Técnico Judiciário – Calculista	28/4/1993
Rodrigo Cavalcante Barreto	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	26/2/2024
Rodrigo Costa de Araujo Souza	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	2/10/2018
Sampaio Geraldo Lopes Ribeiro	Analista Judiciário – Diretor de Secretaria	18/5/1990
Sinval Duarte Filho	Técnico Judiciário – Assistente III	3/11/1991
Wylka Carlos Lima Vidal	Técnico Judiciário – Secretario de Audiencia	10/6/2009

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade Correicionada não segue uma divisão de tarefas por fase processual, no sistema PJe. Os servidores não são designados exclusivamente para uma fase específica do processo. Alguns lidam com processos na fase de conhecimento, outros, na fase de execução, e há um servidor contador responsável pelos processos na fase de liquidação, com exceção dos casos em que acordos são homologados e os processos são remetidos para essa fase. Informou, ainda, que os servidores da unidade correicionada não utilizam a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância (WIKI-VT).

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: Hórus e e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31/5/2024, um acervo processual de 2.327 processos:



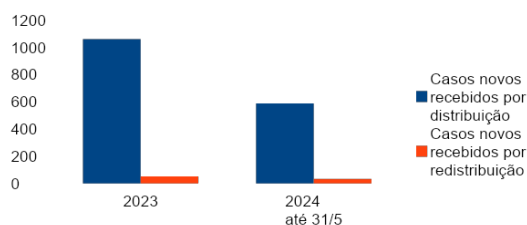
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	751
Fase de Liquidação	150
Fase de execução	1409
Cartas precatórias e de ordem	17
TOTAL	2327

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2023	2024 até 31/5
Casos novos recebidos por distribuição	1059	587
Casos novos recebidos por redistribuição	52	33
TOTAL	1111	620



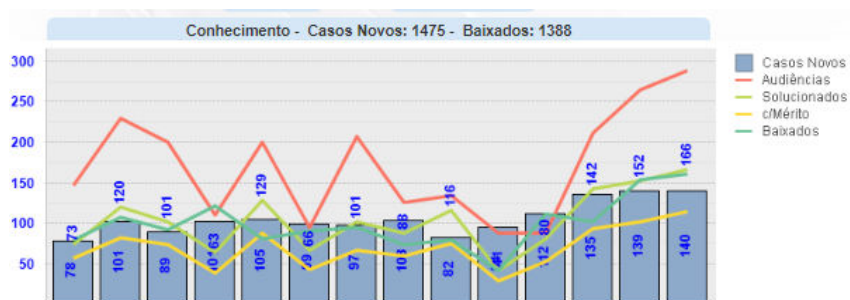
No período correicionado, houve registro de 5 processos recebidos com sentenças anuladas e 1, com sentença reformada, ambos pela instância superior, abaixo relacionados:

Sentenças anuladas	Sentença reformada
0000210-60.2023.5.13.0001	0001070-61.2023.5.13.0001
0000217-52.2023.5.13.0001	
0000391-61.2023.5.13.0001	
0000217-52.2023.5.13..001	
0000003-61.2023.5.13.0001	



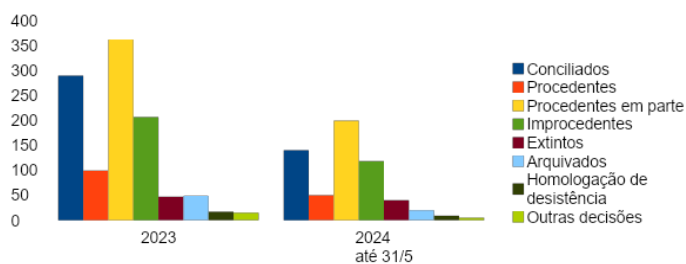
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (abril/2023 a maio/2024):



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 31/5
Conciliados	289	140
Procedentes	99	50
Procedentes em parte	361	199
Improcedentes	206	118
Extintos	47	40
Arquivados	49	20
Homologação de desistência	17	9
Outras decisões	15	5
TOTAL	1083	581



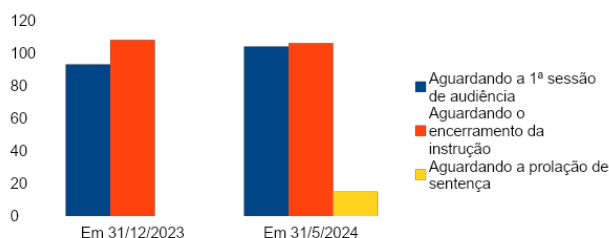
2.3 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2023	Em 31/5/2024
Aguardando a 1ª sessão de audiência	93	104
Aguardando o encerramento da instrução	108	106
Aguardando a prolação de sentença	-	15
TOTAL	201	225



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2023	2024 até 31/5	Variação (%) 2023/2024
Fase de conhecimento	694	751	8,21%
Fase de liquidação	32	150	368,75%
Fase de execução	1472	1409	-4,28%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	436	128	385	277	29
Conciliação em conhecimento	43	23	70	16	14
Conciliação em Execução	42	19	50	28	11
Una	2	4	2	7	3
Instrução	83	226	140	125	77

Conforme informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, atualmente a Unidade, sob correição, realiza audiências de segunda a quinta-feira, e eventualmente, às sextas-feiras.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
4/23	147	113	104	157	90	140	195	105	143	188	129	126	175	138,75
5/23	230	241	235	212	202	212	244	204	234	212	208	144	199	212,25
6/23	200	154	151	166	87	177	173	144	154	140	116	109	168	144,91
7/23	110	159	135	165	119	217	170	117	109	163	139	164	162	151,58
8/23	200	147	176	200	169	173	136	152	171	213	156	145	150	165,66
9/23	94	143	150	227	163	136	139	103	178	196	117	164	116	152,66
10/23	207	183	185	141	149	214	237	155	211	226	146	118	151	176,33
11/12	126	161	168	160	165	228	173	178	162	170	164	192	142	171,91
12/23	134	122	124	96	118	107	117	117	121	87	100	153	97	113,25
1/24	87	20	78	133	41	86	41	66	76	112	49	73	74	70,75
2/24	88	172	187	212	131	131	155	158	110	187	149	77	171	153,33
3/24	211	191	185	222	176	256	195	197	133	215	205	156	144	189,58
4/24	264	225	222	281	167	225	248	262	250	178	201	186	215	221,66
5/24	289	265	242	239	196	293	239	194	206	203	194	249	214	227,83
TOTAL	2387	2296	2342	2611	1973	2595	2462	2152	2258	2490	2073	2056	2178	2290,45



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2023	2024 até 31/5
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	34	37
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	49	38
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	77	67
Da conclusão à prolação da sentença	18	4
Do ajuizamento até a prolação da sentença	88	67

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2023	2024 até 31/5
Embargos de declaração	Recebidos	331	165
	Baixados	333	160
	Pendentes	14	19
Tutela Provisórias	Recebidos	111	60
	Apreciadas	105	49
	Pendentes	1	3
Liquidação /Execução	Recebidos	183	98
	Baixados	148	96
	Pendentes	27	9

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/4/2023 a 31/5/2024			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	843	780	35
Recurso adesivo	46	40	2
Agravo de petição	361	276	20
Total	1250	1096	57



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2023**: **77** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **129** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **96** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/5** é de **61** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **95** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **73** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **88** dias, para o ano base de **2023** e de **67** dias, relativo a este ano de **2024**, até **31 de maio**. Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2023**, foi de **523** dias, e de **684** dias, referente ao exercício atual até o dia **31 de maio**.

8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 31/5
Execuções pendentes	1308	40
Execuções iniciadas	907	230
Desarquivados	236	38
Recebidos de outros Órgãos	2	5
Execução de título extrajudicial		-
Execuções encerradas	774	301
Remetidos a outros Órgãos	3	3
Processos arquivados provisoriamente	5	1

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (abril/2023 a maio/2024):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 31/5
Acordo	PJe	R\$ 8.665.064,99	R\$ 1.828.838,96
Espontâneo	PJe	R\$ 227.143,80	R\$ 126.863,68
Execução	PJe	R\$ 7.511.093,51	R\$ 4.772.945,39
TOTAL		R\$ 16.403.302,30	R\$ 6.728.648,03

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 31/5
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 365.902,14	R\$113.953,35
Contribuição previdenciária	PJe	R\$1.774.117,45	R\$ 813.637,63
Imposto de renda	PJe	R\$ 279.759,70	R\$ 38.124,19
TOTAL		R\$ 2.419.779,29	R\$ 965.715,17

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/4/2023 a 31/5/2024		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	1304
INFOJUD	PJe	557
SIMBA	PJe	4



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	97,09%
Unidade Correicionada	100,29%

Meta 1/2024 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	89,08%
Unidade Correicionada	94,19%

Para efeito de controle da **Meta 1/2024**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **587** casos novos (por distribuição) e **567** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de R\$ 94,19%.

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023 pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,38 da Meta 2
	99,86% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	107,53% da Meta
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2021



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 2/2024 – Identificar e julgar, até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais.

IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,99 % da Meta 2
	99,50% dos processos distribuídos até 31/12/2022
Unidade Correicionada	107,53% da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2022

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,14% da Meta 3
	34,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	90,32% da Meta 3
	36,13% de índice de conciliação

Meta 3/2024 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2021/2022, em 0,5 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38%	
Unidades de primeiro grau do TRT	112,77% da Meta 3
	42,14% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	94,91% da Meta 3
	35,47% de índice de conciliação

Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.

Unidades de primeiro grau do TRT	112,88%
Unidade Correicionada	101,93%

Meta 5/2024 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	50,87%
Unidade Correicionada	50,41%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Indicadores							
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2024-01	41	58	354	811	89,62	93,33	92,17
2024-02	112	91	351	789	69,64	84,12	79,06
2024-03	102	71	377	744	59,65	77,18	70,24
2024-04	154	58	357	762	46,61	73,27	61,96
2024-05	161	64	329	774	36,60	69,35	54,74

JUÍZES

12. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

Juiz Titular

ANTONIO CAVALCANTI DA COSTA NETO			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOPje	13/7/2023 a 1º/8/2023	20
Férias	SAOPje	1º/2/2024 a 20/2/2024	20

Juiz Substituto

FERNANDO LUIZ DUARTE BARBOZA out/2023 a maio/2024			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOPje	20/11/2023 a 3/12/2023	14
Férias	SAOPje	26/2/2024 a 2/3/2024	7

Juiz Substituto

ALEXANDRE ROQUE PINTO - 26/2 a 31/5/2024			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOPje	15/4/2024 a 4/5/2024	20

Não foram registrados casos de inassiduidade na Corregedoria, tampouco foram recebidas manifestações na Ouvidoria, tanto em relação ao juiz titular quanto ao Juiz substituto fixo e aos magistrados que estiveram atuando na Vara durante o período correcional.

12.1 Audiências realizadas (1º/4/2023 a 31/5/2024) (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Una	Enc. Inst/ Inquirição testemunha	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Alisson Almeida de Lucena.	-		-	-	50	21	71
Aercio Pereira de Lima Filho	1	1	80	135	11	21	249
Ana Paula de Carvalho Scolari	2		8	22	5	6	43
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	-	-	24	49	5	4	82
Alexandre Roque Pinto 26/2 a 31/5/2024	1	5	119	236	30	51	442
Antonio Cavalcante da C. Neto abril/23 a fev/24	10	-	210	384	63	50	717
Fernando Luiz Duarte Barboza	2	-	172	346	25	34	579
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	1	-	42	68	17	7	135

12.2 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação Execução	Total
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	65	12	11	88
Mariana Petit Horácio de Brito	1	-	-	1
Antonio Cavalcante da C. Neto abril/23 a fev/24	138	47	74	259
Fernando Luiz Duarte Barboza	106	41	68	215
Ana Paula de Carvalho Scolari	5	5	9	19
Paulo Nunes de Oliveira	1	-	-	1
Alexandre Roque Pinto - fev a maio/2024	35	19	30	84
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	14	2	7	23
Aécio Pereira de Lima Filho	40	9	16	65

13. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Adriano Mesquita Dantas	6	-	-	-	-	-	-	-	6
Aercio Pereira de Lima Filho	28	3	58	30	-	7	6	5	137
Alexandre R. Pinto fev a maio/24	58	30	75	69	2	12	8	6	260
Alisson Almeida de Lucena.	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Ana Paula de Carvalho Scolari	8	1	4	4	1	1	-	-	19
Antonio Cavalcante da Costa Neto abril/23 a fev/24	114	39	166	91	2	14	25	13	464
Fernando Luiz Duarte Barboza	101	24	116	62	6	15	24	9	357
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	31	17	48	28	1	4	2	3	134
Luiz Antonio Magalhaes	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Paulo Nunes de Oliveira	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	16	6	16	9	-	2	3	4	56

No período compreendido entre abril de 2023 e 26 de fevereiro do corrente ano, o Juiz titular laborou 226 dias, na Unidade correicionada, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,04 processos/dia e no período de fevereiro a maio do corrente ano, julgou 551 processos devido à sua convocação para substituir a Desembargadora Margarida Alves de Araújo Silva, até a nomeação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

efetiva do novo integrante, por meio do Ato TRT SGP nº 22/2024. O Juiz substituto laborou, no período de 22 de fevereiro a maio do atual exercício, laborou 59 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 4,4 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

13.2 Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	796
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	443
Homologação da Transação Extrajudicial	85
Embargos de Terceiro Cível	58
Consignação em Pagamento	18
Produção Antecipada da Prova	8
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	8
Ação Civil Coletiva	7
Alvará Judicial - Lei 6858/80	5
Ação de Cumprimento	4
Ação Civil Pública Cível	4
Mandado de Segurança Cível	1
Protesto	1

14. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Antonio Cavalcante da Costa Neto	138	76,67%
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	14	70,00%
Luiz Antonio Magalhaes	1	100%
Aercio Pereira de Lima Filho	15	24,59%
Fernando Luiz Duarte Barboza	123	95,35%
Paulo Nunes de Oliveira	-	0%
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	44	72,13%
Ana Paula de Carvalho Scolari	-	0%
Alexandre Roque Pinto	87	95,60%

15. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrados	Total
Adriano Mesquita Dantas	6
Aercio Pereira de Lima Filho	137
Alexandre Roque Pinto	260
Alisson Almeida de Lucena.	2
Ana Paula de Carvalho Scolari	19
Antonio Cavalcante da Costa Neto	463
Fernando Luiz Duarte Barboza	357
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	134
Luiz Antonio Magalhaes	1
Paulo Nunes de Oliveira	2
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	56

15.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 12 dias

Magistrado	Dias
Aercio Pereira de Lima Filho	15
Alexandre Roque Pinto	4
Ana Paula de Carvalho Scolari	35
Antonio Cavalcante da Costa Neto	13



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Fernando Luiz Duarte Barboza	3
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	35
Luiz Antonio Magalhaes	15
Paulo Nunes de Oliveira	62
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	34

16. DO OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2023 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório de 2023, em novembro, tendo o Juiz Titular da unidade correicionada enviado resposta em 11 de dezembro de 2023, destacando que o afastamento do Juiz substituto para auxiliar a Vice-Presidência e a Corregedoria Regional, a Unidade enfrentou períodos sem Juízes volantes, o que sobrecarregou as pautas do titular. Como resultado, o Juiz titular passou a realizar as audiências iniciais que originalmente seriam de responsabilidade dos juízes substitutos e volantes. Isso acarretou prejuízos significativos nos processos da fase de conhecimento, que dependem exclusivamente da atuação dos magistrados. Além disso, os processos que requerem perícia frequentemente enfrentam maiores prazos nessa fase. Quanto à liquidez das sentenças, foi registrado que os magistrados não estão realizando a liquidação de suas sentenças e na unidade, há apenas um servidor especializado nessa função, que desempenha regularmente suas atribuições. No entanto, devido a períodos de férias e afastamentos legais, há momentos em que essa função fica desguarnecida. Também foi mencionado que não há processos na categoria "prazo vencido", enquanto aqueles listados na categoria "cumprimento de providências" estão sob responsabilidade do GIGS. Por fim, foi esclarecido que a unidade realiza o acompanhamento diário do Sistema Sisbajud para os processos em que é iniciada a execução, e caso não haja pagamento imediato, é comum iniciar a execução de ofício sem esperar a iniciativa da parte interessada.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

17. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre abril de 2023 e maio de 2024 - 14 meses:

Movimentação	Valor total
Devolução de valor ao ente público	R\$ 761.819,85
Outros beneficiários	R\$ 3.234,04
Pagamento ao advogado	R\$ 53.216,18
Pagamento dívida ativa união federal	R\$ 464,11
Pagamento em favor de perito	R\$ 6.838,58
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 1.139.808,45
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 387.728,88
Recolhimento de contribuições previdenciárias	R\$ 24.521,83
Recolhimento de custas processuais	R\$ 1.668,44
Recolhimento de imposto de renda	R\$ 27,70
Valor convertido em renda - União Federal	R\$ 441,21
Valor convertido em renda - União Federal - Alvará pela Corregedoria	R\$ 345,25
Valor transferido para outro processo trabalhista da mesma Vara do Trabalho	R\$ 84.008,09
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra Vara do Trabalho	R\$ 77.753,85
Total	R\$2.541.876,46

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 004/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

18. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR nº 110/2023 destaca a importância de registrar, na ata de correição, a participação em cursos por parte de magistrados e servidores. Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024), no exercício anterior, registra-se a participação do Juiz titular, Antonio Cavalcante da Costa Neto e dos Juízes substitutos, Alexandre Roque Pinto e Fernando Luiz Duarte Barboza, em cursos de formação continuada, com duração mínima de 30 horas-aula por semestre, conforme estipulado no artigo 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011. Registra-se, ainda, a participação dos Juízes Alexandre Roque Pinto e Fernando Luiz Duarte Barboza, em curso voltado para conciliação, mediação e efetividade da execução no exercício anterior, tanto na parte teórica quanto na prática.

Magistrados	Descrição - 1º e 2º semestres
ANTÔNIO CAVALCANTE DA COSTA NETO	O impacto das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho nas relações laborativas - PROAD 1019/2023 - 15/fev - 3 h/a - EJUD13 CFC sobre Direito Coletivo do Trabalho - 30/01 a 15/03 Curso de Formação Continuada sobre Instrução Probatória no Processo do Trabalho na Interface entre o Analógico e o Digital - 28/08 a 11/10 Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a Curso de Formação Continuada sobre O Instituto da Desconsideração da Personalidade Jurídica na Execução



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Trabalhista
ALEXANDRE ROQUE PINTO	CFC Audiências Telepresenciais - 31/1 a 16/3 TRELLO Básico (MOODLE) - PROAD 585/2023 - 6 a 27/fevereiro - 10 h/a Webinário Prejud explicado: agilidade e efetividade aos processos previdenciários Curso de Formação Continuada sobre Controle de Convencionalidade Aumentando a produtividade com as ferramentas Google (autoinstrucional) - PROAD 3633/2023 - 10 a 24/abril - 10 h/a CFC sobre Direito Coletivo do Trabalho - 30/01 a 15/03 <u>Curso de Conciliação e Mediação - (parte teórica)- 14/4 a 26/05/23 - Proad 8750/23</u> Técnicas Avançadas de Execução Trabalhista - PROAD 1437/2023 - 23/05 a 20/06/2023 - 27h/a Palestra Recurso de Revista na Perspectiva Contemporânea- 07/08/2023 - 3h/a minutos Curso de Formação Continuada sobre Sistemas para Pesquisa de Bens e Pessoas - 10/07 a 23/08 - 30h/a Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a Curso de Formação Continuada sobre Instrução Probatória no Processo do Trabalho na Interface entre o Analógico e o Digital - 28/08 a 11/10 Curso Inteligência Artificial e Direito do Trabalho - 04/12/2023 - 3h30 - Proad 11697
FERNANDO LUIZ DUARTE BARBOZA	Programa de Formação de Lideranças - Femininas Empodera TRT13 - PROAD 2021/2023 - 8/março - 4 h/a Teoria da Interpretação: Por Trás das Decisões Judiciais - Turma 1/2023 - 08/05 a 19/06 - Proad 4488/23 Reciclagem dos Conciliadores: Conciliar e Mediar na Justiça do Trabalho" (autoinstrucional) - PROAD 1787/2023 - 6/março a 24/abril - 40 h/a Aumentando a produtividade com as ferramentas Google (autoinstrucional) - PROAD 3633/2023 - 10 a 24/abril - 10 h/a Fluxo e Análise dos Recursos pré-remessa à instância superior (PJe x e-Gestão) - PROAD 1739/2023 - 24/MARÇO - 2 h/a Refletindo as responsabilidades frente a LGPD - Turma 1/2023 -



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	(autoinstrucional) - PROAD 2607/2023 - 10/ABRIL a 2/MAIO - 15 h/a Curso de Formação Continuada sobre Sistemas para Pesquisa de Bens e Pessoas – 10/07 a 23/08 – 30h/a Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a
--	---

Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024) e SEGEPE (PROAD 2292/2024), os servidores lotados na Unidade correicionada abaixo relacionados estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.

Servidores	Descrição - 2023
ANNA CAROLINA DE S. S. E SILVA	TRT - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: COMPREENDENDO A LGP TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
CELSO DIONISIO DE LIMA JUNIOR	INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JAN/2023) / ENAP
CLAUDIO MARCELO F. CAVALCANTI	TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL
GABRIELA MARINHO BAQUIL	TRT - TRÁFICO DE PESSOAS E TRABALHO ESCRAVO: CONHECER PARA ENFRENTAR - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT-PR 9a REGIÃO (ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA) DIREITO DO TRABALHO - 2022 (PÓS-EDITAL) / ESTRATÉGIA CONCURSOS LTDA TRT - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: COMPREENDENDO A LGPD - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - PROGRAMA ACOLHIDA DOS NOVOS SERVIDORES - 2023 / TRT DA 13a REGIÃO - SEGEPE TRT - PJE-CALC (BÁSICO): FERRAMENTA PARA ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - FORMAÇÃO INICIAL DOS SERVIDORES RECÉM-EMPOSSADOS DO TRT 13 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO / MODALIDADE HÍBRIDA SEMINÁRIO - TEMAS ESPECIAIS DE DIREITO DO TRABALHO E DE PROCESSO DO TRABALHO / TRT DA 12a REGIAO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL CONHECENDO O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO - TURMA 3 / ILB ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TURMA 3 / ILB INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	(TURMA JUN/2023) / ENAP PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JUL/2023) / ENAP
JOSE AILTON FELIX DE SOUZA	TRT - DISCRIMINACAO RACIAL E GÊNERO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO WEBINÁRIO PREVID EXPLICADO: AGILIDADE E EFETIVIDADE AOS PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS / CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ TRT - OFICINA: SAÚDE, NUTRIÇÃO E ESTÉTICA / SEGEPE EM PARCERIA COM O SETOR DE PROMOÇÃO DA SAÚDE DA UNIMED JOAO PESSOA TRT - PLATAFORMA DIGITAL - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA - PPA - EDIÇÃO 2023 / SEGEPE DO TRT 13a REGIAO TRT - SEMINÁRIO SOBRE DIVERSIDADE E CONTRATO DE TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - TÉCNICAS AVANÇADAS DE EXECUÇÃO TRABALHISTA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO - MODALIDADE: TELEPRESENCIAL TRT - DIREITO E RELIGIÃO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL NOVEMBRO AZUL COM A PALESTRA - PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21a REGIAO TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
JOSÉ LEDO NOBREGA DE QUEIROZ	NOVEMBRO AZUL COM A PALESTRA - PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21a REGIAO TRT - BRIGADISTAS DE INCÊNDIO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO / MODALIDADE HÍBRIDA TRT - CÁLCULOS TRABALHISTAS NO PJE-CALC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - DIREITO E RELIGIÃO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - DISCRIMINACAO RACIAL E GÊNERO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - OTIMIZANDO O TRABALHO COM A EXTENSÃO +PJE E AVJT /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - PALESTRA - O IMPACTO DAS RECENTES DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO NAS RELAÇÕES LABORATIVAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR, A LUZ DAS RESOLUÇÕES 303/2019-CNJ - ALTERACAO RES. 482/2022 E 314/2021 - CSJT. FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	PRECATÓRIOS - GPPEC TRT - SEMINÁRIO SOBRE DIVERSIDADE E CONTRATO DE TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - TÉCNICAS AVANÇADAS DE EXECUÇÃO TRABALHISTA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE: TELEPRESENCIAL
RODRIGO CAVALCANTE BARRETO	EMAG CONTEUDISTA (TURMA MAR/2023) / ENAP TRT - BEM ESTAR E RELACIONAMENTOS NO TRABALHO A PARTIR DA COMUNICACAO NAO VIOLENTA (CNV) - TURMA 2 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - IGUAIS - ASSOCIAÇÃO LGBT+ / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: FELICIDADE, ENGAJAMENTO, SATISFAÇÃO E BEM-ESTAR / ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUCAO DE EVENTOS LTDA / CURSO IN COMPANY TRT - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: FELICIDADE, ENGAJAMENTO, SATISFAÇÃO E BEM-ESTAR / ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUCAO DE EVENTOS LTDA / CURSO IN COMPANY TRT - OFICINAS DE CAPACITAÇÃO DOS GESTORES DA INSTITUIÇÃO SOBRE SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO, ESPECIFICAMENTE SOBRE OS TEMAS BURNOUT, ANSIEDADE E DEPRESSÃO / EJUD 13 EM PARCERIA COM A SAÚDE TRT - TRELLO BÁSICO - TURMA 1/2023 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
RODRIGO COSTA DE A. SOUZA	TRT - ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO AMBIENTE JURÍDICO/ TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO TRT - FLUXO E ANÁLISE DOS RECURSOS PRE-REMESSA À INSTÂNCIA SUPERIOR (PJE X E-GESTÃO) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - OTIMIZANDO O TRABALHO COM A EXTENSÃO +PJE E AVJT / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - TÉCNICAS AVANÇADAS DE EXECUÇÃO TRABALHISTA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE: TELEPRESENCIAL WEBINÁRIO PREVJUD EXPLICADO: AGILIDADE E EFETIVIDADE AOS PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS / CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL - TURMA 1 / ILB GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TURMA 3 / ILB EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO - TURMA 3 / ILB ÉTICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TURMA 1 / ENAP LÍNGUA PORTUGUESA SEM COMPLICAÇÕES / ESCOLA VIRTUAL DA FUNDAÇÃO BRADESCO COMUNICAÇÃO ESCRITA / ESCOLA VIRTUAL DA FUNDAÇÃO BRADESCO
SAMPAIO GERALDO L. RIBEIRO	TRT - ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO AMBIENTE JURÍDICO / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO TRT - BEM ESTAR E RELACIONAMENTOS NO TRABALHO A PARTIR DA COMUNICACAO NAO VIOLENTA (CNV) - TURMA 1 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	TRT - OTIMIZANDO O TRABALHO COM A EXTENSÃO +PJE E AVJT / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIAO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL WEBINÁRIO PREVJUD EXPLICADO: AGILIDADE E EFETIVIDADE AOS PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS / CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ
--	--

19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados 56 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 04 despachos correicionais no PJe.

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 (dez) dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

20. RECOMENDAÇÕES

20.1 Recomendações gerais

- participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, em conformidade com o Ato TRT SCR nº 110/2023;
- analisar a possibilidade de aderir à boa prática de dar preferência à inclusão em pautas de conciliação do que conclusão para sentença/decisão, nos processos em que há pedido para a homologação de transação firmada entre as partes ou quando for requerido o parcelamento da execução, a fim de possibilitar a remessa do processo para o “Controle de Acordo”, gerando automaticamente a movimentação de sobrestamento, evitando, ainda, a necessidade de atualização pela contadoria a cada pagamento de parcela, como no caso dos autos de nº 0000060-45.2024.5.13.0001;
- orientar a equipe quanto à necessidade de retificar o registro de parcelas lançadas de forma equivocada ou em duplicidade;
- otimizar os serviços cartoriais com a utilização dos atos ordinatórios elencados no art. 12 da Consolidação dos Provimentos deste Regional;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- e) proceder à revisão dos processos na tarefa “Cumprimento de Providências” a fim de evitar a permanência de processos que deveriam permanecer na tarefa “Aguardando prazo” (0000973-95.2022.5.13.0001);
- f) orientar a equipe a observar o disposto no caput do artigo 179 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, utilizando-se dos GIGs para monitoramento tanto na ação principal como na provisória, a fim de evitar o ocorrido nos processos 0000043-77.2022.5.13.0001 e 0000747-56.2023.5.13.0001, atentando à Secretaria, inclusive, para a conversão da execução provisória em definitiva com observância para o registro do lançamento específico no PJe, o que não foi verificado no processo 0000060-45.2024.5.13.0001;
- g) orientar a equipe a observar o transcurso do prazo previsto no art. 883-A da CLT, atentando, ainda, para o artigo 5º do Ato CGJT nº 001/2022, vez que a inclusão, a alteração e a exclusão de dados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser precedidas de determinação judicial expressa, devendo a secretaria proceder à regularização de todos os processos em idêntica situação a observada no processo 0000876-61.2023.5.13.0001;
- h) evitar a prática de constrição de bens do executado, inclusive bloqueio e penhora *on line*, sem a devida conclusão para decisão específica no PJe - BACEN / BNDT / SIGILO FISCAL / INDISPONIBILIDADE DE BENS;
- i) adotar a praxe de selecionar o “Tipo de Documento” disponibilizado no PJe ao anexar as pesquisas realizadas nas ferramentas eletrônicas utilizadas pelo juízo;
- j) nos termos do art. 133, III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, acompanhar, regularmente, o relatório constante no SISBAJUD relativo aos bloqueios efetivados com desdobramentos pendentes, evitando atraso das providências em casos de bloqueios de quantias;
- k) uniformizar os procedimentos da Unidade Judiciária nos processos em execução contra a fazenda pública, a fim de que passem a consignar o prazo para pagamento quando da expedição dos ofícios RP/RPV expedidos no PEC



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

(ex: 0000908-66.2023.5.13.0001), a fim de possibilitar um melhor controle pela Vara do Trabalho, bem como para alimentação, no sistema GPREC, da informação do prazo para pagamento de RPV;

l) abster-se de remeter processos ao arquivo definitivo sem proceder ao lançamento do movimento específico 'Quitado o Precatório' ou 'Quitada a RPV' no PJe, atentando para a consulta ao relatório SAOPJE "Processos arquivados com RPV/Precatório sem quitação", evitando o ocorrido nos processos 0000218-37.2023.5.13.0001 e 0000873-09.2023.5.13.0001, em que também não consta o registro dos pagamentos no GPREC;

m) velar, sob pena de responsabilidade, pelos registros dos valores pagos ou recolhidos pelas partes, principalmente no que diz respeito às custas processuais e depósitos recursais quando da remessa ao 2º grau, devendo, ainda, atentar para os pagamentos/recolhimentos efetuados nas instâncias superiores, nos termos do art. 47 do Provimento Consolidado deste Regional, evitando, ainda, o arquivamento definitivo dos autos sem o devido registro de pagamento dos honorários periciais, a exemplo do processo 0000807-63.2022.5.13.0001.

n) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

o) orientar a equipe a manter o saneamento dos processos arquivados com saldos em contas judiciais, atentando especialmente para o devido registro no Sistema Garimpo de todas as contas movimentadas;

p) incentivar a equipe a boa prática de fazer uso do PJe Gestão, startup deste Regional que possibilita a reunião de diversos relatórios na tela inicial do sistema PJe.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora destaca que a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa está empenhada em aprimorar a entrega da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

justiça, buscando alcançar os padrões de eficiência já estabelecidos por outras unidades judiciárias de porte semelhante.

Registra o cumprimento da Meta 2/2023 (107,53) e que vem apresentando o mesmo índice neste exercício na Meta parcial, de janeiro a maio, pelo que parabeniza os servidores e magistrados pelo trabalho desempenhado.

Com base nos dados apresentados, constata, com satisfação, uma redução no tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDPc), que passou de 88 dias em 2023 para 67 dias em 2024 (janeiro a maio). Essa melhoria demonstra um impacto positivo no cumprimento da Meta 1 de 2023 estabelecida pelo CNJ, 100,29%, e atualmente apresentando um índice de 94,19% para este ano, até maio. Esses números refletem o compromisso e a eficiência da equipe, sugerindo que continuem empenhados para alcançar a meta estabelecida até o final do exercício.

Noutro norte, chama a atenção para o tempo médio de duração do processo na fase de execução da unidade correicionada aumentou de 523 dias no ano de 2023 para 684 dias neste exercício de 2024 (janeiro a maio). Dessa forma, recomenda a Corregedoria Regional que a unidade correicionada observe os termos da Recomendação TRT13 SCR Nº 003/2021, procedendo-se à inclusão periódica de processos na fase de execução em pauta para realização de audiências de conciliação, com o objetivo de reduzir o tempo médio de duração do processo nessa fase, para que ao final deste exercício, seja cumprida a Meta 5/2024, atualmente com o índice de 50,41%.

De igual modo, a Corregedora registra que o índice de conciliação alcançado neste exercício, exatamente de janeiro até maio (35,47%), encontra-se abaixo da média do Regional, pelo que incentiva a adoção de medidas mais efetivas voltadas à pacificação dos conflitos, para que, ao final deste ano, a Unidade alcance a Meta 3 do CNJ que ora se apresenta na ordem de 94,91%, não alcançada no exercício anterior (90,32%).



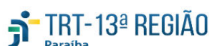
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Necessário se faz registrar, com satisfação, a participação dos Juízes substitutos, Alexandre Roque Pinto e Fernando Luiz Duarte Barboza, no ano base 2023, em cursos voltados à conciliação, mediação e à efetivação da execução, como também em cursos de formação continuada. Ressalta-se, portanto, a importância da participação do magistrado titular e servidores em capacitações específicas voltadas para a efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução, consoante o Ato TRT SCR nº 110/2023.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Ozanete Gondim Guedes Pereira, secretária da Corregedoria, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações, consoante art. 7º do Ato TRT SCR nº 110/2023. A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

HERMINEGILDA LEITE MACHADO

Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS EM CORREIÇÃO

000171-29.2024.5.13.0001	0000220-70.2024.5.13.0001
0001326-04.2023.5.13.0001	0001304-43.2023.5.13.0001
0001222-12.2023.5.13.0001	0000468-36.2024.5.13.0001
0000008-49.2024.5.13.0001	0000277-88.2024.5.13.0001
0000463-14.2024.5.13.0001	0000115-93.2024.5.13.0001
0000322-92.2024.5.13.0001	0000160-97.2024.5.13.0001
0001183-15.2023.5.13.0001	0000561-96.2024.5.13.0001
0000888-75.2023.5.13.0001	0001140-78.2023.5.13.0001
0000302-04.2024.5.13.0001	0000592-53.2023.5.13.0001
0000360-07.2024.5.13.0001	0000253-60.2024.5.13.0001
0001201-36.2023.5.13.0001	0000702-52.2023.5.13.0001
0000425-36.2023.5.13.0001	0000317-70.2024.5.13.0001
0001111-28.2023.5.13.0001	0000352-64.2023.5.13.0001
0000349-12.2023.5.13.0001	0001220-42.2023.5.13.0001
0000052-68.2024.5.13.0001	0000032-14.2023.5.13.0001
0000807-63.2022.5.13.0001	0000669-62.2023.5.13.0001
0000126-59.2023.5.13.0001	0000033-96.2023.5.13.0001
0000797-82.2023.5.13.0001	0000147-98.2024.5.13.0001
0000258-82.2024.5.13.0001	0000876-61.2023.5.13.0001

VISTOS EM CORREIÇÃO COM RECOMENDAÇÃO EM ATA

0000908-66.2023.5.13.0001	0000747-56.2023.5.13.0001
0000903-44.2023.5.13.0001	0001283-67.2023.5.13.0001
0000627-13.2023.5.13.0001	0001098-29.2023.5.13.0001



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000973-95.2022.5.13.0001	0000389-91.2023.5.13.0001
0000060-45.2024.5.13.0001	0000553-56.2023.5.13.0001
0000116-78.2024.5.13.0001	0000413-22.2023.5.13.0001
0000979-68.2023.5.13.0001	0000918-13.2023.5.13.0001

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000477-32.2023.5.13.0001
0000399-38.2023.5.13.0001
0000465-18.2023.5.13.0001
0000939-86.2023.5.13.0001



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL
